

Indicador de Viabilidade na Atividade Agrícola Familiar Assistida pelo Governo em Contraste com as Tradicionais: Um Estudo de Caso

José Luís de Sousa Júnior (CAEN-UFC) - jlsjuniorcm@yahoo.com.br

Ronaldo de Albuquerque e Arraes (UFC) - ronald@ufc.br

Resumo:

O presente trabalho tem como objetivo geral verificar o impacto dos Créditos de Instalação do Programa Nacional de Reforma Agrária e do PRONAF-A (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – grupo A) sobre a renda domiciliar dos trabalhadores rurais do Assentamento Santa Rita, localizado no município de Altos – Piauí. Para tanto, elaborou-se uma análise geral das características do Assentamento Santa Rita e fez-se uma análise estatística, desenvolvendo-se testes de hipóteses, para verificar o impacto dos referidos créditos dos Programas em Santa Rita, considerando as variáveis renda média domiciliar (principalmente) e os anos de estudo do chefe da família para os anos de 2001 e 2005. Além disso, foi feita a comparação das médias amostrais de cada variável acima citada, considerando as amostras de dados de Santa Rita, PNAD e PRONAF-A para cada ano de referência. A base de dados para a análise foi coletada no INCRA/PI (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária do Piauí), CEPAC (Centro Piauiense de Ação Cultural) e PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) do IBGE. Os resultados mostram que em Santa Rita os agricultores familiares que receberam apoio de créditos dos Programas referenciados, ao nível de 5% de significância estatística, tiveram um crescimento na sua renda média domiciliar mensal de 2001 para 2005.

Palavras-chave: Assentamento Santa Rita. Reforma Agrária. Recursos Públicos

Área temática: Gestão de Custos nas Empresas Agropecuárias e Agronegócios

Indicador de Viabilidade na Atividade Agrícola Familiar Assistida pelo Governo em Contraste com as Tradicionais: Um Estudo de Caso

Resumo

O presente trabalho tem como objetivo geral verificar o impacto dos Créditos de Instalação do Programa Nacional de Reforma Agrária e do PRONAF-A (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – grupo A) sobre a renda domiciliar dos trabalhadores rurais do Assentamento Santa Rita, localizado no município de Altos – Piauí. Para tanto, elaborou-se uma análise geral das características do Assentamento Santa Rita e fez-se uma análise estatística, desenvolvendo-se testes de hipóteses, para verificar o impacto dos referidos créditos dos Programas em Santa Rita, considerando as variáveis renda média domiciliar (principalmente) e os anos de estudo do chefe da família para os anos de 2001 e 2005. Além disso, foi feita a comparação das médias amostrais de cada variável acima citada, considerando as amostras de dados de Santa Rita, PNAD e PRONAF-A para cada ano de referência. A base de dados para a análise foi coletada no INCRA/PI (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária do Piauí), CEPAC (Centro Piauiense de Ação Cultural) e PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) do IBGE. Os resultados mostram que em Santa Rita os agricultores familiares que receberam apoio de créditos dos Programas referenciados, ao nível de 5% de significância estatística, tiveram um crescimento na sua renda média domiciliar mensal de 2001 para 2005.

Palavras-chave: Assentamento Santa Rita. Reforma Agrária. Recursos Públicos.

Área Temática: 8. Gestão de Custos nas Empresas Agropecuárias e Agronegócios.

1 Introdução

A incidência da pobreza rural é particularmente elevada no Brasil. Aproximadamente 21% da população total vive em áreas rurais e o país tem a maior população rural pobre do hemisfério ocidental. Quase 80% dos habitantes rurais, cerca de 30 milhões de pessoas, vivem em condições de pobreza. Suas comunidades subsistem em condições difíceis e ambientes degradados. Em muitos aspectos, são mais desfavorecidos do que os pobres que vivem nas áreas urbanas. As instalações de educação e saúde estão mais disponíveis para as populações urbanas do que para os habitantes rurais; os sistemas de água e saneamento geralmente são inadequados nas áreas rurais. Dispondo de acesso muito limitado à tecnologia e infra-estrutura deficiente, as comunidades pobres lutam para suplementar a renda agrícola com trabalho assalariado e pequenas atividades como artesanato.

O Nordeste é a região mais pobre e menos desenvolvida do Brasil. Abriga a maior concentração de pobreza rural na América Latina. Os agricultores sem terra e os pequenos proprietários na zona semi-árida são criticamente afetados pela pobreza rural. Nessa região, condições climáticas adversas e acesso limitado aos serviços públicos provocaram a migração de um grande número de pessoas para áreas urbanas, principalmente para as grandes cidades no sudeste do Brasil.

Uma das principais causas da pobreza no Brasil é a extrema desigualdade da posse da terra, especialmente no Nordeste e nas regiões centrais do país. Há muita terra concentrada em grandes propriedades e pouca terra em pequenos imóveis, gerando desigualdades na

distribuição da terra. A maior parte dos 4 milhões de propriedades agrícolas no Brasil é muito pequena, em sua maioria dedicadas à produção de subsistência. Um enorme número de pequenos agricultores e sem-terra mal conseguem sobreviver trabalhando como diaristas agrícolas.

Nas últimas décadas, a mecanização agrícola, mudança tecnológica e diversificação da produção contribuíram para a perda de empregos rurais e provocaram migração. A falta de acesso à educação formal e capacitação é outra causa importante da pobreza rural. Os pobres rurais têm acesso limitado à infra-estrutura básica e social, bem como a tecnologias apropriadas e mercados; como resultado, carecem de oportunidades para aproveitar a produção agrícola ou outras atividades geradoras de renda. A pobreza também está estreitamente relacionada com as difíceis condições climáticas e base de recursos naturais limitada. As pessoas que vivem nas regiões semi-áridas com solos ruins são as mais pobres do país.

Desde os anos 1990, o Brasil tem progredido na redução da desigualdade social e econômica no país. O governo executou políticas e programas para disponibilizar a terra aos pobres sem terra e mudar a estrutura da economia agrária. Nos últimos anos, o governo vem fazendo investimento no combate a pobreza e a fome e, assumindo compromisso para acabar com a fome, melhorar a educação e criar empregos, enquanto reforça a estabilidade econômica e promove o crescimento sustentável.

O governo esboçou um conjunto de políticas para promover a integração social, acabar com a exclusão de grupos marginais urbanos e rurais e reduzir significativamente a pobreza. Tanto o governo federal como os governos estaduais estão implementando políticas de investimento social e redução de pobreza. As medidas que estão sendo aplicadas no setor dos pequenos agricultores procuram: a) promover o acesso à terra através da continuação da reforma agrária; b) assegurar a segurança alimentar, geração de renda e emprego e redução da dependência econômica externa; c) desenvolver as zonas semi-áridas; d) investir em infra-estrutura social, especialmente na eletrificação rural entre outras.

Porém, para que estas medidas sejam eficazes é preciso que seus objetivos estejam realmente sendo atingidos, pois o Programa Nacional de Reforma Agrária – (PNRA) e Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), em tese, são importantíssimos para redução da pobreza, mas será que na prática isso vem ocorrendo?

O presente trabalho tem como objetivo geral, verificar o impacto dos Créditos de Instalação do Programa Nacional de Reforma Agrária e do PRONAF-A (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – grupo A) sobre a renda domiciliar dos trabalhadores rurais do Assentamento Santa Rita no município de Altos – Piauí. Especificamente, os objetivos foram: elaborar a caracterização do Assentamento Santa Rita; verificar se a renda domiciliar mensal (substancialmente) do chefe de domicílio melhorou entre os anos de 2001 e 2005; analisar, principalmente, as médias da variável renda domiciliar mensal, em cada ano de observação, entre as bases de dados de Santa Rita, PRONAF-A e PNAD. O PRONAF Grupo “A” visa atender às famílias beneficiárias da reforma agrária, financiando as primeiras atividades de investimento e custeio, e tem por finalidade a estruturação da unidade familiar dos assentados, visando sua inserção nos mercados locais e regionais, e está fortemente relacionado ao processo de desenvolvimento do assentamento.

A metodologia consistiu em uma análise estatística, desenvolvendo-se testes de hipóteses, para verificar o impacto dos referidos créditos dos Programas em Santa Rita, considerando as variáveis renda média domiciliar (principalmente), os anos de estudo do chefe da família, para os anos de 2001 e 2005. Além disso, foi feita a comparação das médias amostrais de cada variável acima citada, considerando as amostras de dados de Santa Rita, PNAD e PRONAF-A para cada ano de referência. A base de dados para a análise foi coletada no INCRA/PI (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária do Piauí), CEPAC

(Centro Piauiense de Ação Cultural) e PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) do IBGE.

O trabalho dividiu-se em cinco seções. A primeira trata desta introdução. Na segunda realiza-se uma análise geral das características do Assentamento Santa Rita. Na terceira discute-se a metodologia; na quarta são apresentados os resultados e na quinta a conclusão.

2 Assentamento Santa Rita

O Assentamento Santa Rita, criado em 2000, tem área constituída de 13 imóveis contíguos, totalizando 999.3966 ha, localizados nas glebas Santa Rita, na Data Sítio da Conceição, a 15 km da sede do município de Altos, na microrregião de Teresina (capital), região entre rios no estado do Piauí. Altos é um município com 958 km² de extensão territorial e população de 38.949 habitantes. Seu PIB a preço de mercado (2003) é de R\$ 85.790 mil reais.

Na formação do assentamento, as famílias abrigavam-se sob lonas, enquanto aguardavam a demarcação da área. Os trabalhos em roças itinerantes e demarcação eram feitos pelos homens, enquanto as mulheres ocupavam-se com a preparação da alimentação. A alimentação era feita sob um grande tamarindeiro no núcleo central do Assentamento.

Com exceção de duas famílias, que residiam em Teresina, todas as demais são originárias do município de Altos. Alguns moravam na periferia da cidade, outros viviam como agregados em outras propriedades.

O gasto com a desapropriação, para beneficiar as famílias em Santa Rita, foi de R\$ 99.119,10 (noventa e nove mil e cento e dezenove reais e dez centavos). Os recursos aplicados levaram em conta, o valor da terra “nua” (R\$ 39.975,92) e das benfeitorias (R\$ 59.143,18). Isso representou um custo médio por família de R\$1.982,38.

O principal patrimônio produtivo de Santa Rita é a terra, que serve como indicador do potencial da capacidade de produção do assentamento para a geração de renda e melhoria da qualidade de vida.

2.1 Aspectos físicos / geográficos

Na área onde foi criado o Assentamento Santa Rita há uma diversidade de recursos naturais, sendo que as áreas de reserva legal ou preservação permanente, representam 20% da área total do assentamento. O assentamento possui área total de 999,3666 ha (**Quadro 1**) e 21.529,89 m de perímetro, sendo quase todo cercado.

Tipo de área	Valores em hectares
Área total	999,3966
Área de reserva legal	199,8793
Área de preservação permanente	17,4077
Área dos lotes da graviola (50 lotes)	25,0000

Quadro 1 - Estrutura física do Assentamento.

Fonte: CEPAC (2001).

Segundo a classificação de Koppen, o município de Altos possui clima do tipo AW e AW', ou seja, tropical magatérmico, um dos mais quentes do Brasil e sub-úmido do tipo seco. Caracterizado por estação seca de seis a sete meses, com precipitação médio anual de 1.300 mm, indicando haver déficit hídrico no período de junho a dezembro superior a 400 mm. As necessidades ambientais de água são muito elevadas, 1700 mm, anuais, em média. O período chuvoso inicia-se normalmente em dezembro, prolongando-se até abril e com maior intensidade nos meses de fevereiro a abril.

As temperaturas são geralmente elevadas durante o ano todo, com média anual em torno de 27,5°C e médias mensais variando entre 26 e 29,5°C. O clima do Assentamento Santa Rita deriva do clima do município de Altos.

As informações de pluviometria disponíveis – distribuição anual das chuvas – refere-se ao município de Teresina, neste trabalho os dados são extrapolados para o município de Altos, tendo em vista a proximidade entre os municípios (42 km) e por estarem localizados na mesma região geográfica.

Na área do Assentamento Santa Rita ocorrem quatro tipos básicos de relevo: plano (597,64 ha), suave ondulado (173,0957 ha), ondulado (32,2805 ha) e forte ondulado (64,9608 ha), com vales e encostas íngremes. Além das áreas de uso restrito (72,00 ha) e preservação permanente (17,40 ha). Identifica-se o relevo da área do Assentamento Santa Rita como plano (60%) a suave ondulado (17%).

A vegetação é caracterizada como floresta subcaducifólia dicótilo-palmácea (babaçual ou com babaçu), transição floresta subcaducifólia / cerrado com e sem babaçu, floresta caducifólia, transição floresta caducifólia/cerrado e cerrado subcaducifólio.

Na área do Assentamento, além do babaçu, pode-se observar as espécies: unha de gato, canaleiro, angico, cedro, sapucarana, faveira, pau d'arco, mirindiba, jacarandá, jucá, gitirana, mufumbo, tuturubá, muta, taboca e outras.

Em relação aos fatores edafo-climáticos de influência no uso das terras, a área do Assentamento Santa Rita apresenta como principal limitação o clima, caracterizando por estação seca de seis a sete meses, com precipitação média anual de 1300mm, indicando haver déficit no período de junho a dezembro. Predominam temperaturas elevadas durante todo o ano, com média anual em torno de 27,5°C.

Quanto aos solos identificados na área, de um modo geral, são latossolos de média a baixa fertilidade natural. O relevo é plano e suave ondulado, no entanto com risco de erosão em alguma áreas, face ao relevo que se apresenta de forma ondulado a forte ondulado. São solos com potencialidades agrícolas para o cultivo de arroz, milho, feijão, mandioca, fruticultura irrigada e pastagens adaptadas à região.

Os recursos naturais existentes no Assentamento, do modo geral, são bem conservados, no entanto, áreas de morros foram desmatadas pelo antigo proprietário, para serem exploradas com pastagem. Há também uma área significativa que foi desmatada para a construção de um açude.

Excluídas as áreas de reserva legal, preservação permanente e dos cinquenta lotes da graviola; a área média por família residente em Santa Rita é de 15,1422 ha; isso sem incluir as áreas de construção coletiva e estradas.

Nos quintais observou-se, principalmente, o cultivo de feijão e milho e alguns canteiros; sendo poucas as fruteiras plantadas até o momento.

O extrativismo pouco contribui na renda anual das famílias de Santa Rita, contudo, são explorados basicamente:

- O babaçu, sendo a palha utilizada na construção de residências, a amêndoa na fabricação de azeite e a casca do coco na fabricação de carvão. O azeite produzido é quase exclusivamente para o consumo familiar
- A taboca para fabricação de jacás, comercializados na feira do município de Altos;

A caça, que apesar de pouco significativa ainda é praticada. Segundo relatos é raro encontrar animais silvestres na área do Assentamento.

2.2 Organização social

A nova conjuntura, a sua condição de assentado, segundo Holanda (2006), obriga os trabalhadores rurais a intensificar experiências que, na sua situação de vida anterior, dificilmente ocorreriam. Passam a organizar-se, procurar os poderes públicos, demandar, pressionar, negociar, enfim um amplo espectro de atividades que os colocam frente ao exercício da participação política.

As associações são a forma predominante de organização representativa dos assentados. Sua existência é praticamente obrigatória, pois, como personalidades jurídicas dos assentamentos, viabilizam os contatos com organismos de estado e outras agências, no sentido de reivindicar direitos e ter acesso à políticas públicas que sua disponibilidade está condicionada a existência das Associações.

Através da orientação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais - STR de Altos, foi criada em 12 de junho de 2000, a Associação Comunitária de Desenvolvimento dos Produtores Rurais do Assentamento Santa Rita – ACOMDEPRASAR.

Os assentados mantêm boa relação com o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais/STTR-Altos, tendo dentre esses vários sindicalizados. Registre-se que o Sindicato é a única instituição que mantém algum tipo de acompanhamento às famílias assentadas, com visitas periódicas de diretores da entidade ao Assentamento.

O Assentamento está organizado em um núcleo central composto por quatro ruas e quarenta residências e outro núcleo menor, na antiga gleba Paraíso, composto por uma única rua com quatro residências.

A organização espacial da Agrovila é muito dispersa, os lotes residenciais possuem a dimensão de 50 metros de frente por 100m de fundo (0,5 ha), isso faz com que as casas sejam muito distantes umas das outras.

2.3 Relações de comércio no Assentamento Santa Rita

Para Holanda (2006), as relações de comércio funcionam nos moldes tradicionais em que envolvem assentados e “atravessadores”, numa relação de dependência e subordinação daqueles a estes. Esta prática, ainda ocupa um lugar central no processo de comercialização agrícola das área do Assentamento Santa Rita, inclusive no projeto de agricultura irrigada (milho e melancia). Em parte, porque o assentado tem medo de se ver deixado à própria sorte pelo “atravessador”, que lhe compra regularmente a produção, garantindo-lhe, bem ou mal, a sobrevivência, tolhe os seus movimentos e refreia seus possíveis desejos de buscar outras alternativas de comercialização.

As famílias assentadas em Santa Rita participam da política de mercado do município de Altos, É neste mercado, que as famílias assentadas fazem sua feira semanal, aos sábados .

Na feira do artesanato comercializa-se: vassouras, chicote, baladeria, jacá, cesta, ancoretta, abano, chapéu, fibra (embira) de tucum. Embora a maioria destes produtos seja proveniente do município, algumas famílias do Assentamento participam desta feira, vendendo seu produtos: jacás de taboca.

No setor de vestuário e calçados, os produtos são comercializados em lojas, tabuleiros e bancas. Os produtos que circulam, são oriundos de outros centros (Fortaleza, Teresina e Caruaru), em sua maioria. Foi identificada a produção de confecção, em pequena escala, do próprio município. Os consumidores deste setor são das comunidades rurais e da periferia da cidade.

O mercado local está circunscrito ao município onde está localizado o assentamento, enquanto o mercado regional se refere aos municípios da microrregião geográfica onde está localizado o assentamento, ou eventualmente, até mesmo municípios de outras microrregiões.

2.4 Renda das famílias do Assentamento Santa Rita

Segundo os dados fornecidos pelo INCRA/PI, o cálculo da renda baseou-se na identificação da despesa familiar, incluindo as verificadas com a alimentação produzida pela família (roça), mais o dinheiro necessário à aquisição dos demais itens adquiridos na feira, finalizando com a inclusão de outras despesas: vestuário, transporte, saúde, educação, lazer.

No assentamento há uma variedade de estratégias de reprodução econômica: aposentadorias e pensões complementadas com a agricultura de subsistência ou para comercialização; complementação da renda familiar com a renda dos filhos que trabalham em atividades não-agrícolas; cônjuges que se dedicam a atividades não-agrícolas.

As atividades não agrícolas desenvolvidas pelas famílias de Santa Rita são as de artesanato, comércio, feira livre (em Altos), transporte com animal de serviço e assalariamento (em Altos). O artesanato existente refere-se à fabricação de jacás, cuja matéria-prima é a taboca.

Apesar das famílias assentadas terem recebido os créditos apoio inicial, habitação e PRONAF-A (aqueles que fizeram opção por este crédito), o nível de renda das famílias de Santa Rita é baixo. Sendo que um das principais fontes de reforço a renda provém de aposentadorias e pensões do INSS que alguns integrantes de algumas famílias recebem, renda essa que assegura um mínimo de condições para as mesmas. Aqueles que não possuem rendimentos de aposentadorias sobrevivem da agricultura e da venda de mão-de-obra dentro ou fora do Assentamento, seja como diarista, na feira ou atividade assalariada ou ainda de ajuda externa de parente que periodicamente enviam pequenas quantias de dinheiro.

Neste cenário, os assentados às vezes perdem até seu próprio referencial, tendo conflitos entre si, apenas ficam unidos pelo sonho de possuir sua própria terra. Mas a falta de experiência com a própria terra, em alguns casos, ou até mesmo de ainda não se sentirem donos da terra, dificulta sua própria identificação. Sabendo-se que não vale a pena desistir das terras, pois o próprio mercado exclui pessoas despreparadas, sendo que poucos assentados tem primeiro grau e a sua maioria sabe apenas assinar o nome.

2.5 Mão-de-obra e relações de trabalho

A oferta de trabalho no assentamento é permanente o ano inteiro, porém a grande limitação com relação à ocupação de mão-de-obra é a remuneração concentrada apenas no período após a colheita, três meses do ano – maio, junho e julho; ficando o restante do ano descoberto de remuneração e as famílias dispendo apenas do limitado estoque de arroz, milho, feijão, farinha e número reduzido de aves e suínos para garantir a alimentação, durante o ano.

É comum a venda de mão-de-obra (diárias) para produtores vizinhos ao Assentamento. A remuneração pelo serviço é em torno de R \$ 10,00 a 15,00.

Vivem em situação mais vantajosa as famílias que contam em sua renda familiar com aposentadorias do INSS. Em Santa Rita, tem outra vantagem quem desenvolve alguma atividade não agrícola, como é o caso de feirantes e de alguns assalariados.

As relações de trabalho podem ser classificadas como relativamente autônomas e familiar, sendo que cada família faz o seu roçado, porém é entre elas a prática de troca de diárias, o que supre a necessidade de contratação de mão-de-obra complementar.

Nas atividades diárias das mulheres no Assentamento Santa Rita, elas acumulam as tarefas de cuidar da casa (cozinhar, lavar e carregar água), cuidar das crianças e quebrar coco, com algumas tarefas na roça auxiliando o esposo ou filhos.

Os sistemas produtivos identificados em Santa Rita (agricultura, criatório e extrativismo), representam a principal composição da renda das famílias, em muitos casos, a única forma de ocupação da mão de obra disponível.

A produtividade alcançada pelos assentamentos não pode ser desvinculada do acesso à assistência técnica e do padrão tecnológico adotado pelos assentados.

O leite produzido no assentamento é destinado à venda, sendo o restante consumido internamente pelas famílias dos assentados. Além do rebanho bovino, os assentados também possuem criações de caprino, ovino e suíno. Alguns possuem eqüinos e muares, utilizados como animais de carga – principalmente no transporte da mandioca em raiz, do lote até a casa

de farinha - e criam galinha caipira ou de capoeira, atividade esta voltada basicamente para o auto-consumo.

Em virtude da capacidade dos solos, recursos hídricos, proximidade de rede de energia elétrica e dos centros consumidores de Altos, José de Freitas, Campo Maior e Teresina, tornou-se viável a implantação da agricultura irrigada no Assentamento.

2.6 Uso atual da terra pelos assentados

No Assentamento Santa Rita predomina uma agricultura de base familiar, onde maior parte dos produtos agrícolas cultivados são voltados mais para o consumo familiar. Os mais importantes são o feijão, o milho e a mandioca. As famílias, em geral, plantam 2,4 linhas (0,72 ha) de roça.

A área explorada com lavouras irrigadas corresponde a área é 4,5 ha, onde são plantados milho e melancia, no sistema de rotação de culturas. Nove agricultores familiares dividem o lote servido por sistema de irrigação por aspersão em duas áreas, uma de 2,0 há e outra de 2,5 ha. Cultivam milho em uma e melancia em outra, fazendo rotação destes cultivos durante o ano.

O uso de instalações, máquinas, equipamentos agrícolas e é feito individualmente pelo assentado ou por outro produtor, pagando uma determinada quantia a título de aluguel; inclusive, aqueles pertencentes a todos, mas administrados pela associação, a exemplo das casas de farinha comunitárias.

As sementes usadas nos plantios, principalmente das culturas irrigadas, são selecionadas e/ou certificadas. Porém, a “maniva” é retirada da própria roça de mandioca. A produção de farinha é destinada à venda e o restante consumida internamente pelos assentados.

A criação do gado está voltada basicamente para a produção de leite, em sua maioria destinado à alimentação das famílias assentadas, ocorrendo a venda de animais em momentos de “precisão”, visando saldar dívidas, ou quando torna-se necessário fazer o descarte, evitando o excesso de animais em relação à capacidade de carga do pasto.

Há no Assentamento uma carência de infra-estrutura nos lotes dado que entre as instalações estão incluídas aquelas utilizadas para criação animal (como curral, galinheiro, chiqueiro, pasto cercado, etc.), para armazenamento de água (açudes, tanques, etc.), para secagem e armazenamento da produção (galpões, terreiros, barracões), para beneficiamento da produção, entre outras.

O Assentamento dispõem de sistema de energia elétrica e sistema de abastecimento de água encanada. Outros recursos hídricos disponíveis no Assentamento são constituídos de dois poços de uso coletivo, ambos do tipo cacimbão, dentro de um dos poços existe um poço tubular desativado.

O Assentamento Santa Rita não possui infra-estrutura de beneficiamento da produção de coco babaçu. As estruturas de beneficiamento mais próximas são da vizinha Comunidade Prata, onde algumas mulheres levam a amêndoa do coco para ser triturado para extrair o azeite.

2.7 Perfil das famílias assentadas

As famílias dos assentados são numerosas e basicamente do tipo nuclear, isto é, formadas pelo pai, mãe e filhos, e bastante numerosas com a presença de outros parentes e de outras pessoas, como noras e genros. A família, levando em conta as peculiaridades de composição, é considerado tanto o ocupante do lote que é sozinho - solteiro ou não - como o conjunto de pessoas que dividem, permanentemente ou não, com o assentado, o mesmo teto, tendo com ele relações de parentesco em diferentes graus.

O baixo nível de instrução dos assentados é um problema grave encontrado na área do Assentamento. Apesar da impropriedade de se atribuir única e exclusivamente à ausência ou baixo nível de instrução dos assentados, a pouca ou nenhuma utilização do progresso técnico na exploração dos lotes, não há dúvida de que a falta de qualificação constitui um problema para que a exploração do lote possa ser melhor conduzida, proporcionando uma elevação na produtividade do trabalho e uma maior racionalidade no trato com a terra, a exemplo do manejo dos equipamentos de irrigação.

2.8 Acesso ao Crédito

O Programa Nacional de Reforma Agrária dispõe de créditos de auxílio ao assentado para estabelecer-se no Assentamento para depois caminhar por conta própria. São os créditos do Programa de Crédito Instalação que se divide nas modalidades Apoio Inicial, Aquisição para Material de Construção, Fomento, Adicional de Semi-árido e Recuperação Material de Construção.

Todos os assentados do Assentamento Santa Rita tiveram acesso ao Crédito de Instalação Apoio Inicial no valor de 2.400,00 por família, totalizando recursos públicos no montante de R\$ 129.600,00. Este crédito se destina à segurança alimentar das famílias beneficiadas e ao suprimento de suas necessidades básicas, através da aquisição de bens de consumo essenciais e indispensáveis à qualidade de vida e ao início da fase produtiva do projeto de assentamento.

Apenas 05 (cinco) assentados havia recebido Crédito Instalação na modalidade Aquisição para Material de Construção no valor de R\$ 5.000,00, num total de R\$ 25.000,00. A modalidade Aquisição de Material de Construção se destina à construção das habitações rurais nos Projetos de Assentamento e inclui o pagamento de mão-de-obra.

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura familiar (PRONAF), disponibiliza crédito de produção, que favorece, entre outros, as famílias beneficiárias de reforma agrária, através do PRONAF grupo A. Este crédito financia as primeiras atividades de investimento e custeio observado o PDA (Plano de Desenvolvimento do Assentamento) elaborado, e tem por finalidade a estruturação da unidade familiar dos assentados, visando sua inserção nos mercados locais e regionais.

No período delimitado para a análise verificou-se que 37 famílias assentadas tiveram acesso a linha de crédito PRONAF-A, sendo destinado a cada um R\$ 13.000,00 (Treze mil reais). A soma dos recursos aplicados totaliza neste caso, R\$ 481.000,00. O recurso disponibilizado por este crédito impulsiona um conjunto de atividades locais, aumenta a circulação monetária no assentamento e no município. É estabelecido um diálogo direto e particular com o Estado, por meio de suas políticas públicas, e com os agentes financeiros e intermediadores de crédito.

Recursos	Valor em R\$
Apoio Inicial	129.600,00
Aquisição Materiais de Construção	25.000,00
PRONAF-A	481.000,00
Total	635.600,00

Quadro 2 - Recursos públicos investidos no Assentamento Santa Rita até 2005.

Fonte: INCRA/PI (2007).

A principal queixa dos assentados diz respeito ao atraso na liberação dos recursos, fato que na agricultura compromete significativamente os resultados, pois os recursos não chegam no momento do ciclo agrícola em que são mais necessários.

O acesso à terra e aos créditos permite às famílias dos assentados uma maior estabilidade, e rearranjos nas estratégias de reprodução familiar que resultam, de modo geral,

em uma melhoria dos rendimentos e das condições de vida, especialmente quando se considera a situação de pobreza e exclusão social que caracterizava muitas dessas famílias anteriormente ao seu ingresso nos projetos de assentamento.

3 Metodologia

Este trabalho analisa o impacto dos créditos do Programa de Crédito de Instalação, que incluem recursos de Apoio Inicial, Aquisição para Material de Construção, Fomento, Adicional de Semi-árido e Recuperação Material de Construção, e também do PRONAF-A sobre a renda domiciliar dos trabalhadores rurais do Assentamento Santa Rita no município de Altos, Piauí.

A população deste trabalho refere-se ao conjunto dos assentamentos do município de Altos, inclui os assentamentos Baixinha/Quilombo, Floresta, Quilombo, Retiro Capão de Coco, Quilombo IV e Santa Rita, que foram beneficiados por créditos do Programa de Crédito de Instalação e pelo PRONAF-A. No município há um total de 16 assentamentos cadastrados no INCRA, entretanto, apenas os seis citados possuem histórico consolidado, ao longo do período em estudo, de beneficiamento pelos referidos Programas, sendo o Assentamento Santa Rita o que possuía uma base de dados mais completa.

A base de informações do INCRA/PI (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária do Piauí) mostra que o Piauí possui 398 assentamentos até janeiro de 2007, mas o município de Altos foi o que apresentava informações mais detalhadas e completas na base de dados. Os outros municípios do Estado, não apresentavam homogeneidade no conjunto de informações do banco de dados do INCRA. Além disso, o município apresenta grande concentração de assentamentos em sua “pequena” extensão territorial, boa organização espacial e social e proximidade a Capital do Estado.

Em Santa Rita as famílias residentes foram contempladas com os recursos do Programa de Crédito de Instalação na modalidade Apoio Inicial. Parte delas recebeu o crédito de Aquisição de Materiais de Construção e a maioria foram beneficiadas pelos créditos do PRONAF-A no período de referência do estudo.

Os Programas analisados têm incidência direta sobre a renda nos assentamentos. É importante ressaltar que outros gastos do Governo com infra-estrutura, assistência técnica, supervisão, acompanhamento e manejos de recursos, etc., apesar de importantes, têm incidência indireta sobre a renda dos beneficiários nos assentamentos.

Antes da análise dos impactos dos referidos Programas, fez-se necessária uma investigação geral do assentamento Santa Rita (seção 2). Nesta reúnem-se aspectos referentes a sua origem, condições geográficas, organização social, relações de comércio, características da mão-de-obra e relações de trabalho e, informações sobre a renda das famílias e de acesso ao crédito.

As informações necessárias para a investigação no Assentamento analisado foram coletadas no Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA) elaborado pelo CEPAC (Centro Piauiense de Ação Cultural) e disponibilizado pelo INCRA/Piauí. Coletou-se, também, informações no STTR (Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais) de Altos, instituição sindical que acompanha o assentamento, e empresa SOL CONSULTORIA, responsável pela assistência técnica no Assentamento. Além disso, obtiveram-se informações referentes aos créditos do Assentamento, nos relatórios disponibilizados pelo Setor de Créditos do INCRA.

Os dados necessários ao estudo foram obtidos através do SIPRA (Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária) administrado pelo INCRA-PI. O Sistema consolida informações de perfil do chefe do domicílio, assim como de seus dependentes, renda domiciliar, nível de escolaridade, além de outros dados da unidade familiar.

Quanto a análise do impacto dos créditos dos Programas sobre a renda domiciliar dos trabalhadores rurais no Assentamento analisado, construíram-se testes estatísticos, considerando o ano de 2001 e 2005. Tais testes compõem a base metodológica para se verificar se houve alocação eficiente de recursos públicos neste programa, tanto em sua evolução temporal, quanto comparado com o PRONAF e com produtores não beneficiados com programas governamentais. A fim de padronizar os valores monetários, tomou-se 2005 como ano base, corrigidos pelo IPCA.

Utilizaram-se três bases de dados distintas retratando os anos de 2001 e 2005:

- A base da PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios), cujos dados amostrais relatam indivíduos que não receberam nenhuma espécie de auxílio;
- A base do PRONAF-A, cujos dados amostrais relatam todos os indivíduos auxiliados por este programa nos seis Assentamentos selecionados no município de Altos e;
- A base do Assentamento SANTA RITA, cujos dados relatam, exclusivamente, os indivíduos deste assentamento que receberam auxílio do Programa de Crédito Instalação e do Programa Nacional de Agricultura Familiar

Pode-se analisar, estatisticamente, se os créditos dos Programas em Santa Rita, realmente incrementaram a renda média domiciliar (principalmente), os anos de estudo do chefe da família, entre dois períodos, através de um teste de hipóteses.

Tendo em vista o tamanho das amostras ser de elevada magnitude, foi assumido, com base no Teorema do Limite Central, a seguinte hipótese:

Seja uma das variáveis, $X_i \approx (\mu_i; \sigma_i^2)$, então, $\lim_{n \rightarrow \infty} \frac{\bar{X}_i - \mu_i}{\sigma_{\bar{x}_i}} \approx N(0;1)$

onde o subscrito $i=1$ representa o ano de 2001 e o subscrito $i=2$ representa o ano de 2005. Podemos, então, testar a hipótese nula $H_0 : \mu_1 = \mu_2$ contra a alternativa $H_A : \mu_1 < \mu_2$. Ou seja, basta realizarmos um teste unilateral para um nível de significância α formulando uma estatística de teste de modo que:

$$t = \frac{(\bar{x}_1 - \bar{x}_2) - (\mu_1 - \mu_2)_{H_0}}{\hat{\sigma}_{\bar{x}_2 - \bar{x}_1}} = \frac{(\bar{x}_1 - \bar{x}_2)}{\sqrt{\frac{\sigma_2^2}{n_2} + \frac{\sigma_1^2}{n_1}}}$$

Seja t_{α, n_1+n_2-2} o valor tabulado para distribuição t ao nível de $\alpha\%$ de significância, então, caso $t \leq -t_{\alpha, n_1+n_2-2}$ devemos rejeitar a hipótese nula em favor da alternativa, ou seja, obteve-se um crescimento da média variável em análise, podendo-se concluir que os recursos governamentais geraram eficiência nos retornos dos produtores.

Pode-se realizar este mesmo teste de hipóteses para fazer-se uma análise comparativa com o PRONAF e com produtores destituídos de assistência governamental, cujos dados são oriundos da PNAD.

Fez-se também uma comparação das médias populacionais de uma variável para o mesmo período analisado, considerando amostras distintas de dados. Por exemplo, verificou-se a média da renda domiciliar da PNAD é maior do que a da PRONAF. O procedimento para este teste é análogo ao descrito acima. Quando o valor da estatística foi maior que o valor crítico, rejeitou-se a hipótese nula, gerando evidências de que a média de uma determinada população seria maior que a da outra, ou seja, $\mu_2 > \mu_1$.

3.1 As modalidades de crédito do PRONAF

As modalidades de crédito contempladas no Programa foram classificadas em diversas categorias, cada uma com suas especificidades no que se refere às taxas de juros, limites de financiamento, bônus de adimplência, públicos-alvo e finalidades, dentre outros aspectos. Para efeito de classificação dos beneficiários nos grupos do PRONAF, são excluídos os benefícios sociais e os proventos da previdência rural, na composição da renda familiar. Descrevemos, abaixo, as modalidades e finalidades de crédito, classificadas pelo Governo Federal, conforme os Planos Safra para a Agricultura Familiar 2003/2004 (PRONAF, 2003) e 2004/2005 (PRONAF, 2004).

O PRONAF grupo A (PRONAF-A) trata-se do primeiro crédito para os assentados da reforma agrária. Destina-se ao financiamento de projetos de estruturação inicial da parcela, implementação, ampliação e modernização da infra-estrutura de produção e serviços agropecuários e não-agropecuários no estabelecimento rural ou em áreas comunitárias rurais próximas, de acordo com projetos específicos.

Atendendo a pedido dos movimentos sociais, o Plano Safra 2005/06 trouxe alterações como a elevação do limite de crédito do Grupo “A” do PRONAF – linha voltada para assentados da reforma agrária e beneficiários do Programa Nacional de Crédito Fundiário – que passou de R\$ 15 mil para R\$ 18 mil por família. Deste total, R\$ 1,5 mil deverão ser destinados ao pagamento de assistência técnica nos quatro anos iniciais de implantação do projeto. Nesta modalidade de crédito, a taxa de juros é de 1,15% ao ano e o prazo de pagamentos de até 10 anos.

São beneficiários do PRONAF grupo A os produtores rurais enquadrados nas categorias relacionadas a seguir, mediante declaração de aptidão ao Programa, fornecida pelo INCRA, através das suas Superintendências Regionais ou Unidades Avançadas, em conjunto com, no mínimo, 2 (dois) agentes credenciados pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário: os produtores familiares assentados pelo Programa Nacional da Reforma Agrária que não contrataram operação de investimento no limite individual permitido pelo antigo PROCERA; os produtores familiares assentados dos Programas "Cédula da Terra", "Banco da Terra", "Projeto Casulo" e Projetos Estaduais de Reforma Agrária, desde que nestes casos, os assentamentos sejam reconhecidos pelo INCRA e ainda cadastrados no Sistema de Informações dos Projetos de Reforma Agrária (SIPRA).

Através do PRONAF grupo A podem ser financiadas as atividades as seguintes atividades: (a) agricultura e pecuária (exclusive pecuária de corte) e (b) produção artesanal. Podendo ser financiado (a) a integralização de quotas-partes de capital social das cooperativas de produção; (b) preparo, sistematização e correção do solo; (b) insumos necessários à implantação e desenvolvimento das culturas; (c) instalações pecuárias e agrícolas; (d) infra-estrutura básica para associações e cooperativas de produção (estradas internas, fontes de energia/eletificação rural etc.) e outros correlatos, de conformidade com o plano/projeto, devidamente justificado pela assistência técnica; (e) animais de produção e de serviço; (f) máquinas e equipamentos agrícolas; (g) geradores, moto-bombas, motores estacionários, radiofonia e outros correlatos de conformidade com o plano/projeto, devidamente justificados pela assistência técnica; (h) itens correspondentes às despesas operacionais da produção agrícola (safra), tais como: adubos, defensivos, sementes e mudas fiscalizadas/certificadas, sacaria e outros, de conformidade com o plano/projeto, devidamente justificado pela assistência técnica; (i) produtos artesanais que sejam compatíveis com a natureza da exploração rural e com o melhor emprego da mão-de-obra familiar.

PRONAF Grupo B é a linha de microcrédito criada para combater a pobreza rural. Os recursos de investimento são destinados a agricultores com renda anual familiar bruta de até R\$2 mil. Os créditos atenderão as atividades agropecuárias e não-agropecuárias, geradoras de renda para a família. Até 35% do valor do projeto pode ser destinado a custeio associado.

O **PRONAF Grupo C** beneficia, através do crédito de custeio e investimento, os agricultores com renda anual familiar bruta superior a R\$2 mil e inferior a R\$14 mil.

PRONAF Grupo A/C é dirigido aos agricultores familiares egressos do PRONAF Grupo A. Refere-se ao primeiro crédito de custeio para as famílias assentadas da reforma agrária que já receberam o financiamento do Grupo A.

O **PRONAF Grupo D** beneficia, através do crédito de custeio e investimento, os agricultores com renda bruta anual familiar superior a R\$14 mil e inferior a R\$40 mil (Pronaf Alimentos).

PRONAF Grupo E, abrange os agricultores com renda familiar anual bruta entre R\$40 mil e R\$60 mil, para financiamento do custeio das atividades agropecuárias e não-agropecuárias, bem como o financiamento da implantação, ampliação ou modernização da infra-estrutura de produção e serviços no estabelecimento rural ou em áreas comunitárias rurais próximas.

4 Análise dos resultados: impacto dos créditos dos programas em Santa Rita

As estatísticas de teste para as variáveis em análise, considerando as diferentes amostras selecionadas na PNAD, no PRONAF-A para os seis assentamentos destacados do município de Altos e, no Assentamento Santa Rita, são apresentadas na Tabela 1.

Tabela 1 - Estatísticas de Teste

Base de dados	V1	V2
PNAD	11,2291	- 1,7762
PRONAF-A	- 7,1283	1,1167
Santa Rita	- 9,0319	- 1,3444

Fonte: Cálculos do autor baseado nos dados de PNAD, PRONAF-A e Santa Rita (2001 – 2005)
 $(\alpha ; - Z\alpha)$: (10%, -1,28) ; (5%, -1,645) ; (1%, -2,33) ; $(\alpha ; - t\alpha)$: (10%, -2,40) ; (5%, -2,68)

Onde V1 e V2, denotam as seguintes médias:

- V1 - Renda Domiciliar Mensal;
- V2 - Anos de Estudo do Chefe da Família.

O resultado dos testes de hipóteses revela que, ao nível de 5% de significância, a renda média domiciliar mensal (Estatística para V1) não cresceu para a base de dados da PNAD, pois não se deve rejeitar a hipótese nula para um nível de 5% de significância estatística. Nota-se, entretanto que, tanto para o PRONAF-A quanto para o Assentamento Santa Rita deve-se rejeitar a hipótese de que não ocorreu crescimento na média da renda domiciliar mensal. Portanto, estatisticamente, ao nível de 5% de significância, o Assentamento Santa Rita teve resultado satisfatório no tocante ao incremento de renda dos indivíduos em virtude dos créditos dos Programas analisados nos anos de referência.

Em relação à educação, a hipótese alternativa de que houve aumento nos anos de estudo dos chefes de família (Estatística de V2) só não deve ser rejeitada para a base de dados da PNAD (deve-se rejeitar a hipótese nula ao nível de 5%). Para as bases de dados restantes, rejeita-se a hipótese nula até mesmo para 10% de significância estatística, ou seja, não deve ter havido crescimento dos anos de estudo dos chefes de família que receberam o auxílio do programa nacional de agricultura familiar.

Na comparação das médias amostrais de uma variável para um mesmo período, considerando amostras distintas de dados (PNAD, PRONAF-A e Santa Rita), realizaram-se três comparações entre as médias amostrais das variáveis em análise, tanto para o ano de 2001 quanto para 2005. Verificou-se, por exemplo, se a média amostral da renda mensal domiciliar da PNAD é maior que a do PRONAF em 2001 e em 2005.

Para tanto, testou-se μ_1 vs μ_2 . Se o valor da estatística for menor que o valor crítico, deve-se rejeitar a hipótese nula e ter-se-á evidências de que a média amostral de uma determinada variável para uma amostra será maior que para outra amostra, sendo $\mu_2 > \mu_1$.

As estatísticas de teste e os valores críticos para as três comparações são expostas na **Tabela 2**.

Tabela 2 - Estatísticas de teste e valores críticos, comparação entre médias de diferentes bases de Dados.

μ_1 vs μ_2	Anos	V1	V2	V. Críticos 5%
PNAD vs PRONAF-A	2001	9,298	-4,805	-1,645
	2005	-9,504	-2,319	
PRONAF-A vs Sta Rita	2001	2,220	0,116	-2,605
	2005	0,870	-2,607	
PNAD vs Sta Rita	2001	4,580	-2,675	-2,576
	2005	-2,241	-3,030	

Fonte: Baseado nos dados de PNAD, PRONAF E SANTA RITA (2001 – 2005).

Em relação à média amostral da Renda Domiciliar Mensal (V1), durante o ano de 2001, a mesma advinda dos dados do PRONAF-A, que as pessoas receberam créditos dos Programas, não deveria ter sido maior que a dos dados da PNAD, que os indivíduos não tiveram auxílio de créditos. Já em 2005, a média amostral da Renda Domiciliar Mensal (variável V1) dos dados sumarizados pelo PRONAF-A mostrou-se maior do que a dos dados da PNAD, gerando, assim um bom resultado. Com relação a V2, a amostra do PRONAF-A é melhor do que a da PNAD tanto para 2001 como para 2005.

Na comparação entre PRONAF-A Santa Rita, considerando a variável V1 os dados levam a não rejeição da hipótese nula tanto em 2001 quanto em 2005. Já para V2 (anos de estudo do chefe da família), em 2001, não se pode inferir que a média amostral de Santa Rita superou a do PRONAF-A, já em 2005, Santa Rita apresenta uma melhoria, pequena ou quase nula, pois a estatística de teste está quase igual ao valor crítico, em relação ao PRONAF-A, isto sugere que pode ter havido uma melhoria no ensino dos Chefes de domicílios em Santa Rita, em relação ao total de auxiliados pelo PRONAF-A.

Quanto a comparação entre PNAD e Santa Rita, verifica-se que na V1 (Renda Domiciliar Mensal) rejeita-se que a média da amostra de Santa Rita seja maior que a da PNAD em 2001 e em 2005. Em relação a V2 (Anos de Estudo do Chefe da Família), a média amostral de Santa Rita revela supremacia em relação à da PNAD tanto em 2001 quanto em 2005, ou seja, o pessoal que recebeu auxílio em Santa Rita possui mais anos de estudo que a amostra complementar (quem não recebeu auxílio).

5 Conclusão

A principal forma de ocupação das famílias assentadas no Assentamentos é a roça itinerante com cultivos de arroz, milho, feijão, mandioca, fruticultura irrigada. Além disso, existem áreas de pastagens para criação de gado como fonte de alimento e leite. O extrativismo pouco contribui na renda anual das famílias de Santa Rita e a caça, apesar de pouco significativa, ainda é praticada.

As famílias assentadas em Santa Rita participam da política e da economia do município de Altos, fazendo suas feiras semanais e também participando do comércio através da venda de artesanatos que elas produzem, tais como vassouras da palha de carnaúba, chicotes, jacás, cestos, cordas, chapéus, etc.

Deve-se ressaltar, que todos os assentados receberam Crédito de Instalação - Apoio Inicial do Programa Nacional de Reforma Agrária e grande parte das famílias receberam créditos do PRONAF-A. Apesar das famílias assentadas terem recebido os créditos apoio inicial, habitação e PRONAF-A (aqueles que fizeram opção por este crédito), o nível de renda das famílias de Santa Rita é baixo. Uma das principais fontes de reforço a renda provém de

aposentadorias e pensões do INSS, que alguns integrantes de algumas famílias recebem. Aqueles que não possuem rendimentos de aposentadorias sobrevivem da agricultura e da venda de mão-de-obra dentro ou fora do Assentamento, seja como diarista, na feira ou atividade assalariada ou ainda de ajuda externa de parente que periodicamente enviam pequenas quantias de dinheiro.

Destaca-se que no Assentamento há, ainda, uma carência de infra-estrutura nos lotes, mesmo dispondo de sistema de energia elétrica e de abastecimento de água encanada. Além disso, o baixo nível de instrução dos assentados é um problema predominante.

Na avaliação do impacto que tem os créditos dos Programa Nacional de Reforma Agrária e os créditos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF-A na renda domiciliar dos agricultores familiares assentados em Santa Rita verificou-se que, as estatísticas de teste, com 5% de nível de significância, para as variáveis em análise, considerando as diferentes amostras selecionadas na PNAD, no PRONAF-A e no Assentamento Santa Rita, revelaram que a renda média domiciliar mensal tanto para o PRONAF-A quanto para o Assentamento Santa Rita deve-se rejeitar a hipótese de que não ocorreu crescimento na média da renda domiciliar mensal.

Portanto, estatisticamente, ao nível de 5% de significância, o Assentamento Santa Rita teve resultado satisfatório no tocante ao incremento de renda dos indivíduos em virtude dos créditos dos Programas analisados nos anos de referência. Nos anos de estudo de Chefe do domicílio, confirmou-se a hipótese de que houve aumento nos anos de estudo dos chefes de família apenas para os dados da PNAD, portanto, não deve ter havido crescimento dos anos de estudo dos chefes de família que receberam o auxílio dos Programas em Santa Rita.

Na comparação das médias amostrais das variáveis para um mesmo período, considerando amostras distintas de dados (PNAD, PRONAF-A e Santa Rita) verificou-se que, tanto para o ano de 2001, quanto para 2005, a média amostral do PRONAF-A, para a variável anos de estudo do Chefe de família, foi maior que a média amostral da PNAD. Deve-se ressaltar, também, que na variável Renda Domiciliar Mensal, apenas em 2005 verificou-se que a média do PRONAF-A foi maior que da PNAD.

Na comparação entre PRONAF-A e Santa Rita, considerando a Renda Domiciliar Mensal, não se pode afirmar que a média de Santa Rita foi maior que a do PRONAF-A, tanto em 2001, quanto em 2005. Entretanto, em relação aos anos de estudo do chefe da família, apenas em 2005, foi possível afirmar que a média de Santa Rita foi maior que a do PRONAF-A, entretanto, ainda, com uma diferença muito pequena.

Na comparação da PNAD e Santa Rita, quanto a variável renda domiciliar, tanto em 2001 quanto em 2005, não foi possível destacar, que a média de Santa Rita foi maior que a da PNAD. Apenas na variável anos de estudo do Chefe da família verificou-se, média maior para Santa Rita em relação a PNAD.

Com os resultados obtidos através dos testes estatísticos realizados, restou a confirmação de que há uma necessidade urgente de investimentos em educação, dada a precariedade em que vivem a maioria dos agricultores familiares assentados. O governo através do programa social PRONERA (Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária), que se encontra ainda expansão, está buscando reduzir o alto índice de analfabetismo rural, fato este que dificulta a compreensão e melhor desempenho de políticas públicas desenvolvidas dentro dos assentamentos. A destinação de recursos para educação do campo, neste sentido, precisa ser visto não como mais uma conta de despesa, mas sim de investimento num futuro melhor, com maior possibilidade de escolhas que a educação pode proporcionar às famílias assentadas.

Dessa forma, mesmo com as conquistas já alcançadas por meio dos programas sociais PNRA e PRONAF, a falta de uma política governamental consistente para as áreas de assentamento, a falta de comprometimento dos mediadores e agentes do Estado, seja com a

efetiva melhoria da qualidade de vida dos assentados, seja com a sustentabilidade de seus empreendimentos, associada com a fragilidade da organização e participação social dos assentados, dificultam o desenvolvimento das potencialidades existentes nos assentamentos, em especial no Assentamento Santa Rita, impedindo os assentados de encontrarem caminhos para implementar o desenvolvimento do assentamento em bases mais sustentáveis.

Referências

ABRAMOVAY, Ricardo. **Agricultura familiar e desenvolvimento territorial**. Relatório de Consultoria. IICA. Projeto: Bases para a Formulação da política Brasileira de Desenvolvimento Rural. Brasília, 1998. Disponível em: <www.nead.gov.br>. Acesso em: 19 out. 2006.

CEPAC (Centro Piauiense de Ação Cultural). **Plano de Desenvolvimento Sustentável do Assentamento Santa Rita**. Teresina: CEPAC, 2001.

DEERE, Carmen Diana. **Diferenças regionais na reforma agrária brasileira: gênero, direitos à terra e movimentos sociais rurais**. Em *Estudos Sociedade e Agricultura*. Rio de Janeiro, CPDA/UFRRJ, nº18, abril/2002.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, anos 2001 e 2005**.

GOMES, Jaíra Maria Alcobaça. “**Renda, desigualdade e pobreza no estado do Piauí: anos 90**”. Revista Econômica do Nordeste, v. 30: 764-779, Fortaleza, dez. 1999.

GRAZIANO DA SILVA, José. **O novo rural brasileiro**. Campinas: Unicamp, 1999.

GUANZIROLI, Carlos et alli. **Agricultura familiar e reforma agrária no século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

GUJARATI, D.N. **Econometria Básica**. Tradução: Ernesto Yoshida. São Paulo: Makron Books do Brasil, 2006.

HOLANDA, Francisco Urubam Xavier de. **Mudancismo e Conservadorismo no Ceará: O desenvolvimento Rural na era Jereissati (1986-2002)**. Fortaleza: Fundação Korad Adenauer, 2006.

LOPES, Eliano Sérgio Azevedo; MOTA, Dalva Maria da; SILVA, Tânia Elias Magno da (org.). **Ensaio – Desenvolvimento rural e transformações na agricultura**. Sergipe: Embrapa Tabuleiros Costeiros/ Universidade Federal de Sergipe, 2002.

MEDEIROS, L. S. de. **Reforma agrária no Brasil: história e atualidade da luta pela terra**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

MORETTIN, Pedro A; BUSSAB, Wilton do O. **Estatística Básica**. São Paulo: Saraiva, 5 ed, 2002.

VEIGA, José Eli da. **Pobreza rural, distribuição da riqueza e crescimento: a experiência brasileira**. 2004. Disponível em: <www.nead.org.br>. Acesso em: 7 fev. 2007.